

7.05.05 - História / História do Brasil.

MULHERES E HERANÇA EM ALAGOAS SÉCULO XVIII-XIX.

Rickaelly Cardoso da Silva

1. Estudante do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas (ICHCA-UFAL)
2. Pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL
3. Professor Dr Gian Carlo de Melo Silva de ICHCA-UFAL - Departamento de História/Orientador

Resumo

O projeto “Mulheres e herança em Alagoas no Século XVIII-XIX” tem como objetivo principal ampliar a historiografia de Alagoas no que se refere ao tema em análise. Com o levantamento de dados das cidades de Maceió, Santa Luzia do Norte e Porto de Pedras, por meio da catalogação de Testamentos e Inventários Post-Mortem disponibilizados pelo Arquivo Público de Alagoas – APA, investigamos quem eram essas mulheres, seu papel no âmbito familiar e quais tipos de heranças eram deixados por elas. Buscamos, com isso, a compreensão do contexto histórico, da sociedade e do cotidiano no período em que tais documentos se encontram, relacionando-os com a leitura de obras que caracterizaram os séculos XVIII e XIX. Ademais, os aspectos envolvidos nos inventários supramencionados foram assimilados desde a catalogação e avaliação dos bens móveis e imóveis, à nomeação de herdeiros e ao surgimento do termo “cabeça do casal”, declarações de dotes, dívidas, custo de sepultamento e o ato de partilha da herança.

Palavras-chave: Família; Sociedade; Inventário.

Apoio financeiro: Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Trabalho selecionado para a JNIC: Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Introdução

Este trabalho visa compreender o papel da família, em especial da mulher, na Província de Alagoas dos séculos XVIII e XIX, com os Inventários Post-Mortem das Vilas de Maceió, Santa Luzia do Norte e Porto de Pedras, e como era efetuada a divisão dos bens e os seus valores na Alagoas de outrora. Tendo como objetivo entender os aspectos da sociedade escravista e da cultura alagoana entre os séculos. Articulando o papel dos atores sociais, independentemente de sua origem ou condição, valorizando o cotidiano e suas práticas como lugar de observação.

Durante o decorrer da pesquisa, sob a orientação do Prof. Orientador Gian Carlo de Melo Silva, investigamos e catalogamos os tipos de heranças declaradas por seus inventariantes, sobretudo por mulheres, podendo avaliar alguns aspectos sociais e econômicos que giravam em torno desse tipo de documento, procurando sempre observar a presença de mulheres entre a lista de Inventariadas e que tipo de bens eram deixados por elas.

Metodologia

Foi realizada, num primeiro momento, a leitura de algumas obras historiográficas, dentre as quais: Casa-grande e Senzala, de Gilberto Freyre; A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial de Sheila, de Castro Faria; O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900, da autora Muriel Nazzari; História da Família no Brasil Colonial, de Maria Beatriz Nizza da Silva; o livro Il das Ordenações Filipinas; dentre várias outras leituras que contribuíram significativamente para o entendimento do contexto histórico dos séculos XVIII e XIX, no qual a presente pesquisa se encontra inserida.

Após essas leituras introdutórias, as quais trouxeram subsídios de como e por onde começar o estudo, procuramos averiguar com acuidade como estes inventários eram organizados. Observamos que na maioria deles era estabelecido um padrão na ordem em que estes bens eram descritos: dinheiro; ouro; prata; cobre; escravos; bens móveis; bens de raiz; animais etc.

Grande parte do desenvolvimento prático deste projeto ocorreu no Arquivo Público de Alagoas - APA, lugar onde pudemos paleografar e catalogar os dados dos Inventários Post-Mortem de Maceió e Santa Luzia do Norte, também sendo analisados, posteriormente, os documentos da cidade de Porto de Pedras.

É oportuno consignar que desde março essa catalogação está ocorrendo remotamente, mediante a digitalização dos registros históricos, em virtude da pandemia pela qual estamos passando hodiernamente.

Sendo assim, abrangendo os inventários do século XIX dessas três cidades alagoanas mencionadas anteriormente e tendo a História Social como base para efetuar a análise histórica, observamos as estratégias de manutenção de herança, os bens deixados pelas inventariadas e seus valores econômicos para a Alagoas

de outrora.

Resultados e Discussão

Discutir e pesquisar sobre Testamentos e Inventários Post-Mortem é estudar, sobretudo, como era mantida em funcionamento a relação da família, do cotidiano, da sociedade e, principalmente, sobre como era ser mulher - seja herdeira ou inventariada - na Província de Alagoas nos séculos XVIII e XIX. Catalogando esses dados, analisamos que vários fatores podem alterar o montante final desses bens, como, por exemplo: dívidas e dotes. Abordando um dos primeiros resultados da pesquisa, é importante salientar o fato de que a grande maioria dos inventariados eram homens, tendo somente 10 mulheres inventariadas entre o total de 22 inventários.

Entretanto, a pessoa mais rica dentre os inventários analisados foi uma mulher chamada Maria Joaquina de São Pedro, moradora da Vila de Maceió, que possuía a quantia geral de 11:118\$770 reis (onze contos, cento e dezoito mil, setecentos e setenta réis). Já a pessoa com menor valor total de bens foi Clemente José de Cerqueira, da Vila de Santa Luzia do Norte, com o montante de 115\$650 réis (cento e quinze mil, seiscentos e cinquenta réis).

Com a finalidade de melhor organizar a diversidade e quantidade de bens constantes em cada inventário, foi feita uma tabela, cujo teor mostra os principais dados obtidos. Dentre todos os resultados nela contidos, notamos que somente 3 inventariantes declararam haver alguma quantia em dinheiro, realidade muito distinta se compararmos com a constante presença de escravos nesses documentos, item que foi catalogado em 18 dos 22 inventários.

Tabela 1: Catalogação dos bens encontrados nos Inventários Post-Mortem.

	Número de inventários que contêm esse tipo de bem	Porcentagem (%)	Maior quantia encontrada desse bem em um inventário (*)
Dinheiro	3	13,64%	1:178\$000 réis Inventário de Maria Joaquina de São Pedro - Maceió, 1848.
Ouro	17	77,28%	347\$200 réis Inventário de Maria Joaquina de São Pedro - Maceió, 1848.
Prata	15	68,19%	64\$880 réis Inventário de Antônio Calheiros da Rosa - Santa Luzia do Norte, 1835.
Cobre	16	72,73%	18\$666 réis Inventário de Antônio Araújo Delgado - Santa Luzia do Norte, 1837.
Escravos	18	81,82%	5:940\$050 réis Inventário de Antônio Calheiros da Rosa - Santa Luzia do Norte, 1835.
Bens móveis	12	54,55%	173\$600 réis Inventário de Manoel Luiz de Aguiar - Porto de Pedras, 1836.
Bens de raiz	16	72,73%	1:370\$000 réis Inventário de Maria Joaquina de São Pedro - Maceió, 1848.
Propriedades	7	31,82%	693\$280 réis Inventário de Antônio de Araújo Delgado - Santa Luzia do Norte, 1837.
Animais (**)	10	45,46%	2:080\$000 réis Inventário de Maria Joaquina de

			São Pedro - Maceió, 1848.
Outros (***)	5	22,73%	-

(*): Valor obtido a partir da soma dos itens contidos nos Inventários Post-Mortem. / (**): Gado; bois mansos; vacas; cavalos. / (***): Inclui diversos tipos de bens que não haviam sido inseridos em uma categoria específica, como por exemplo: arame; rede de pesca; curral de pesca e etc.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas - APA

No que se refere ao ato da Partilha e aos herdeiros que receberam parte desses bens, é interessante citar que, na maioria dos casos, o cônjuge do inventariado herdava, por lei, metade do valor total e a parte restante era dividida de forma igual entre todos os descendentes do(a) falecido(a). Todavia, também houve casos em que genros atuavam como “cabeça” de suas esposas, tanto da legítima paterna, quanto da materna. Para todos os efeitos, aquela herança que deveria ser da mulher, passa a ser “do casal” após o casamento, já que o marido era denominado como o administrador desses bens e a ele cabia as decisões do que deveria ser feito.

Ainda tratando da relação entre herdeiros e partilha de bens, foi encontrada no Inventário post-mortem de Manoel José de Moraes, morador de Porto de Pedras, a declaração dos dotes de quatro de suas filhas. A quantia total de bens declarados por sua inventariante, e viúva, Anna Barbosa de Moraes, em seu inventário foi de 970\$000 (novecentos e setenta mil réis) e o valor do dote de sua filha chamada Dona Francisca de Moraes, então casada com o Capitão Francisco Bertho, foi de 482\$000 (quatrocentos e oitenta e dois mil réis). Apesar da inventariante não citar os valores dos dotes das outras três filhas já casadas, passando a acreditar que a quantia de seus dotes também girassem em torno do que foi o da filha Dona Francisca de Moraes. Levando-nos a comparar com o valor que foi herdado e dividido entre a viúva e os outros filhos solteiros, que será muito inferior ao das irmãs dotadas e por isso elas ficaram fora da partilha dos bens. Já que seus dotes foram bem mais compensadores que a herança deixada pelo patriarca da família Moraes.

Conclusões

Inicialmente, abrimos um parêntese para salientar que a crise sanitária da Covid-19 prejudicou, consideravelmente, um estudo mais aprofundado do tema, tendo em vista o baixo número de documentos catalogados, haja vista a impossibilidade temporária de comparecimento presencial perante o Arquivo Público de Alagoas a partir do mês de março em diante. Sem embargo, é inegável que ainda assim alguns frutos puderam ser colhidos.

Com efeito, levando em consideração os pontos até aqui abordados, podemos extrair, com base nesses 22 Inventários Post-Mortem analisados, informações relevantes e que nos auxiliam numa melhor compreensão de como esses documentos eram elaborados. Profícuo destacar que a importância social e econômica da família, especialmente daquelas que tinham uma mulher como inventariada, girava em torno desses Testamentos e Inventários Post-Mortem, na Província de Alagoas dos séculos XVIII e XIX.

De um modo geral, avaliamos que os filhos e filhas herdeiros recebiam, em tese, a mesma quantia. Exceto em casos da existência de dotes, como foi o caso das quatro filhas de Manoel José de Moraes, pois nesses casos a filha casada obtinha uma certa vantagem monetária se comparada aos irmãos solteiros. Assim, era mais compensador para ela ficar de fora da partilha.

No que se refere às mulheres inventariadas, a existência de Maria Joaquina de São Pedro, moradora da Vila de Maceió, sobressai-se dentre tantos outros homens inventariados, na qual foi dona de cento e quatro cabeças de gado e de vinte escravos. Além da grande diversidade de bens encontrada nos inventários das três cidades alagoanas abordadas neste trabalho acadêmico.

Em epítome, por esses aspectos descritos, entendemos que a pesquisa deve prosseguir, com as respectivas atividades de catalogação no Arquivo Público de Alagoas, quando assim for possível, fazendo-se uma pesquisa aprofundada sobre as questões relacionadas à manutenção de bens e herança, tendo em vista o valor social e econômico de um Inventário Post-Mortem da Província de Alagoas nos séculos XVIII e XIX, cuja análise poderá contribuir para o avanço da historiografia alagoana.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **O Sexo Devoto: Normatização e Resistência feminina no Império Português – XVI – XVIII**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

DA ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. 2007. Tese (Doutorado).

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do

Brasil, 2011.

DIEGUES JR., Manuel. **O Banguê nas Alagoas : traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48ª Edição São Paulo: Global Editora, 2003.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro II. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l2ind.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alberto da Costa e. (Org.) **Crise Colonial e Independência 1808-1830**. Vol. 1. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.